

INFORMAÇÃO Nº: 213/2014

PROCESSO Nº: 16.840/2014 (Anexo I e II)

ÓRGÃO INTERESSADO: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil -
NOVACAP

ASSUNTO: Licitação

DATA DE ABERTURA: 24/07/2014, às 9 horas (fl. 01).

VALOR ESTIMADO: R\$ 39.633.729,09 (fl. 01)

EMENTA: Concorrência nº 012/2014 – ASCAL/PRES do tipo menor preço. Execução de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial no Setor Habitacional Porto Rico, em 08 (oito) lotes, em Santa Maria - DF. Conhecimento. Improriedades. Pela suspensão.

Senhor Diretor,

Tratam os presentes autos da análise do Edital da Concorrência nº 012/2014 – ASCAL/PRES, do tipo menor preço, lançado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, tendo por objeto a execução de drenagem pluvial, pavimentação asfáltica, calçadas e plantio de gramas no Condomínio Porto Rico, em Santa Maria – DF, sob regime de empreitada por preço unitário.

2. Conforme publicado no DODF, em 09/06/2014 (fl. 01), a data da sessão de abertura das propostas ocorrerá no dia 24/07/2014. O valor estimado do certame é de R\$ 39.633.907,65 (trinta e nove milhões, seiscentos e trinta e três mil, novecentos e sete reais e sessenta e cinco centavos).

3. No dia 09/06/2014, esta Unidade Técnica, por meio do Ofício nº 193/2014 – 4ª. DIACOMP (fls. 02/04), solicitou à NOVACAP o encaminhamento de cópia de documentos relativos à licitação em epígrafe, oferecendo prazo de 3 (três)



dias úteis.

4. O jurisdicionado, por meio do Ofício nº 996/2014 – GAB/PRES (fl. 05), solicitou a prorrogação do prazo, pelo fato de ter sido identificado inconsistências nas documentações dispostas nos autos do processo licitatório.

5. No dia 25/06/2014, a NOVACAP, por meio do Ofício nº 1.046/2014 – GAB/PRES (fl. 06), encaminhou cópia dos documentos solicitados (Anexo I) e demais informações em CD ROM (Anexo II).

DO PROCESSO 10.259/2010

6. Inicialmente à análise da licitação em epígrafe, verificamos que o Tribunal já apreciou procedimento licitatório de objeto idêntico, mediante o Processo nº 10.259/2010, na Concorrência nº 15/2010, lançada pela NOVACAP.

7. Naquela oportunidade, a Unidade Técnica, por meio da Informação nº 18/2010 – 1ª. Inspeção de Controle Externo, baseando-se nos achados identificados pelas Notas Técnicas nºs 04/10 e 05/10 – NFO, apontou irregularidades, culminando na suspensão do certame, por força da Decisão nº 1.830/2010, nos seguintes termos:

“I. tomar conhecimento do Edital de Concorrência nº 015/2010-ASCAL/PRES, lançado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, e da documentação acostada às fls. 6/168;

II. determinar à NOVACAP e à Secretaria de Estado de Obras que adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou apresentem as devidas justificativas, tendo em vista as seguintes irregularidades observadas no referido edital de licitação:

a) a ausência de parcelamento do objeto da licitação, visto que envolve serviços distintos de drenagem pluvial, pavimentação asfáltica, calçadas e plantio de grama, em desacordo com o disposto no art. 23, § 1º, e art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei de Licitações e em ofensa ao caráter de competição do certame;

b) com relação a atestado técnico-operacional (item 5.1.4, "b.2"): 1) a imposição de quantitativo mínimo de concreto betuminoso usinado a quente, cujo valor absoluto previsto (64.558,40 m2) ultrapassa oito vezes o quantitativo estimado (7.555,11 m3), e com divergência na unidade de grandeza; 2) a exigência de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

quantitativos mínimos exigidos nas alíneas 1.5, 2.5, 2.6, 2.7 e 2.9, considerando o reduzido grau de complexidade técnica da atividade e/ou baixa relevância financeira; 3) a fixação, com relação à execução de rede de águas pluviais, de quantidades mínimas para diâmetros de tubo com acréscimo de 20 cm, a partir de 40 cm, alíneas 2.11 a 2.16, tendo em vista a reduzida distinção na técnica de execução;

c) a inexistência de licenciamento ambiental para a execução da obra em questão ou, se for o caso, a documentação expedida por órgão ambiental competente acerca da desnecessidade desta licença;

d) a inclusão de "fornecimento de cascalho laterítico", considerando que usualmente a NOVACAP extrai cascalho de jazida de sua propriedade;

e) a previsão de "Serviço de Fiscalização e Assistência Técnica", no valor de R\$ 73.143,61, cuja discriminação genérica impossibilita a análise da regularidade do item orçamentário;

f) o sobrepreço de alguns valores constantes da planilha orçamentária, visto que estão acima dos preços dos itens pesquisados no SINAPI e SICRO 2, conforme demonstrativos vistos às fls. 185/186;

g) a ausência de "demonstrativo para apuração do crédito orçamentário efetivamente disponível, à época da publicação do edital, nos programas de trabalho à cuja conta correrão as despesas resultantes da contratação pretendida", tendo em vista que o demonstrativo apresentado é de 30.10.2009, data que não atende à Decisão nº 2.206/07, que define como base a data da publicação do edital;

h) com relação à subcontratação: 1) a falta de delimitação de quais os serviços que efetivamente poderão ser subcontratados, de forma que atenda o que dispõe o art. 72 da Lei nº 8.666/93; 2) a inexistência de cláusula no sentido de que não será admitida subcontratação daqueles serviços para os quais foram exigidos atestados na fase de qualificação técnica, conforme Decisões nºs 2.659/2006 e 5.650/2007;

i) a limitação máxima de duas empresas em consórcio, prevista no item 3.1 do edital, restrição que pode comprometer o caráter competitivo do certame;

III. determinar à NOVACAP e à Secretaria de Estado de Obras que:

a) façam constar dos autos a comprovação da real existência de material de 3ª categoria, por meio de laudos de sondagens adequados, como condição para pagamento dos serviços referentes a esse tipo de material;

b) revisem a distância média de transporte estipulada (DMT) entre a obra e a NOVACAP (43 km), considerando que, segundo cálculo pelo Google Maps, a



distância entre a obra e a NOVACAP é de 29,3 km;

c) informem a metodologia padrão utilizada pela NOVACAP para aferir as distâncias de transporte, durante a execução da obra, para efeito de pagamento dos momentos extraordinários de transporte;

IV. determinar, na forma do art. 198 do Regimento Interno, a suspensão, "ad cautelam", do procedimento licitatório em tela, até o deslinde das diligências constantes dos incisos anteriores."

8. Por fim, em face da impossibilidade de demonstração de crédito orçamentário suficiente, a Secretaria de Obras optou pela revogação da Concorrência nº 15/2010 – ASCAL/PRES.

DA CONCORRÊNCIA Nº 012/2014 – ASCAL/PRES

9. A Concorrência nº 12/2014, do tipo menor preço, cujo objeto destina-se à execução de pavimentação asfáltica, meios-fios e drenagem pluvial no Setor Habitacional Porto Rico em Santa Maria/DF, será executado no regime de empreitada por preço unitário.

10. Do exame da documentação juntada ao Anexo I destes autos, registramos que o edital da Concorrência nº 12/2014 e seus anexos encontram-se às folhas 06/33¹. A análise formal consta na lista de verificação de fls. 07/10.

11. Conforme já comentado nos §§ 6 a 8, o Tribunal já analisou concorrência anterior, de objeto idêntico, posteriormente revogada. Nesse sentido, nossa análise tomará por base a verificação do cumprimento das impropriedades anteriormente apontadas na Decisão nº 1.830/2010, além da possibilidade da ocorrência de novos indícios, que mereçam esclarecimentos e/ou correções.

12. Segundo consta no edital, o objeto, está dividido em 8 (oito) lotes, segundo discriminado a seguir:

¹ Folhas referenciais contidas no Anexo II destes autos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

e-DOC A65760CF

Proc 16840/2014

Fls.: 30

Proc.: 16840/14

Rubrica

Lotes	Descrição	Vias Coletoras	Vias Locais	Drenagem	Total
LOTE 1	Execução de drenagem pluvial - valeta de proteção e lagoa de detenção	-	-	R\$ 2.093.763,59	R\$ 2.093.763,59
LOTE 2	Execução de pavimentação asfáltica, meios-fios e drenagem pluvial	R\$ 2.872.487,03	R\$ 982.373,38	R\$ 209.151,93	R\$ 4.064.012,35
LOTE 3	Execução de pavimentação asfáltica, meios-fios e drenagem pluvial	R\$ 4.374.668,86	-	R\$ 925.664,59	R\$ 5.300.333,45
LOTE 4	Execução de pavimentação asfáltica, meios-fios e drenagem pluvial	R\$ 2.004.981,96	R\$ 1.357.350,99	R\$ 142.864,32	R\$ 3.505.197,27
LOTE 5	Execução de pavimentação asfáltica, meios-fios e drenagem pluvial	R\$ 695.701,63	R\$ 3.131.066,11	R\$ 1.181.400,77	R\$ 5.008.168,51
LOTE 6	Execução de pavimentação asfáltica, meios-fios e drenagem pluvial - valeta de proteção e lançamento/lagoa	R\$ 1.771.880,38	R\$ 2.508.833,62	R\$ 893.723,78	R\$ 5.174.437,78
LOTE 7	Execução de pavimentação asfáltica, meios-fios e drenagem pluvial	R\$ 1.529.728,06	R\$ 2.720.913,44	R\$ 1.857.701,14	R\$ 6.108.342,64
LOTE 8	Execução de pavimentação asfáltica, meios-fios e drenagem pluvial	R\$ 1.344.335,77	R\$ 3.568.891,24	R\$ 3.466.425,05	R\$ 8.379.652,06
TOTAL		R\$ 14.593.783,71	R\$ 14.269.428,77	R\$ 10.770.695,17	R\$ 39.633.907,65

13. De antemão, informamos que a divisão do objeto da licitação em lotes saneou a impropriedade apontada no item II.a da Decisão nº 1.830/2010.

14. A divisão dos lotes aponta que para o Lote 1 os serviços refere-se à execução de valetas de proteção e de sistema de lançamento das águas pluviais à lagoa de detenção. Para os demais lotes serão executados os serviços de pavimentação e execução das redes de drenagem.

15. Nesse sentido, iremos limitar nossa análise aos lotes 1 e 2, considerando as constatações identificados para o lote 2 também aplicáveis aos lotes 3 a 8.

Da Habilitação Técnica

16. A alínea “b.1”, do item 6.1.4 do edital (fls. 10/12¹) regulamenta que, para a comprovação da capacidade técnico-profissional, o licitante deverá demonstrar que o responsável técnico já tenha executado os serviços de pavimentação e drenagem, por meio de atestados e/ou certidões devidamente registrados no CREA, onde conste a execução dos serviços previstos nos quadros a seguir (fls. 10 e verso¹). Como já comentado no § 15, limitaremos nossa análise aos lotes 1 e 2.



LOTE 01 – DRENAGEM/LAGOA E VALETA DE PROTEÇÃO

1.1 – Escavação mecânica de valas em material de 1ª. Categoria (m³)
1.2 – Escoramento contínuo ou descontínuo de valas (m²)
1.3 – Fornecimento, dobração e colocação de aço CA-50 (kg)
1.4 – Fornecimento, lançamento manual a aplicação de concreto Fck 25 MPa (concreto usinado) (m³)
1.5 – Execução de gabião tipo colchão Reno (m²)
1.6 – Execução de gabião tipo caixa (m³)
1.7 – Execução de rede de águas pluviais de D=400 a 1.200 mm (m)
1.8 – Execução de lagoa e/ou bacia de retenção de águas pluviais com volume de reservação igual ou maior que 16.301,52 (m³)

LOTE 02 – PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM PLUVIAL

1 – Pavimentação:

1.1 – Escavação carga e transporte em caminhão de material de 1ª. Categoria e solo de jazidas DMT até 5 km (m³)
1.2 – Base de brita graduada (m³)
1.3 – Base de solo de cimento 2% mistura em pista (m³)
1.4 – Fabricação e aplicação de concreto betuminoso usinado a quente (t)
1.5 – Execução de passeios em concreto espessura de 5,00 m²
1.6 – Fornecimento e assentamento de meios fios (m)

2 – Drenagem:

2.1 – Escavação mecânica de valas em material de 1ª. Categoria (m³)
2.2 – Escavação mecânica de valas em material de 2ª. Categoria (m³)
2.3 – Escoramento de valas (m²)
2.4 – Fornecimento, dobração e colocação de aço CA-50 (kg)
2.5 – Fornecimento, lançamento manual e aplicação de concreto Fck 25 MPa (concreto usinado) (m³)
2.6 – Execução de rede de águas pluviais de D=0,4 a 0,6 m

17. A nosso ver, considerarmos inapropriado o tipo de especificação dos serviços exigidos para aferição, pois são itens da planilha de custos que compõe tipo de serviço, e não itens de serviços propriamente ditos. Nesse caso, por exemplo, o item de serviço seria “execução de rede de águas pluviais”, nesse item já se subentende que estão inclusos a “escavação de valas”, o “escoramento de valas” etc. Nesse sentido, entendemos que a verificação da capacidade técnica deve comprovar que o responsável técnico já executou os serviços na sua integralidade, e não suas partes individualmente.

18. Seguindo a mesma linha de raciocínio, os serviços exigidos na regra



editálicia mostram-se excessivas, não levando em consideração apenas os serviços que representam os de maior relevância e valor significativo.

19. Diante disso, analisamos quais os itens de maior relevância e valor significativo para os serviços de pavimentação, lote 2, e drenagem previstos para os lotes 1 e 2, dispostos na curva ABC na faixa de até 80% do custo total estimativo do lote (fls. 11/13), conforme dados dispostos nas planilhas orçamentárias contidas no Anexo II destes autos.

20. Pelo resultado obtido na análise, observamos que o arranjo adequado que nos parece mais coerente para a verificação da capacidade técnico-profissional deveria levar em consideração as seguintes experiências:

LOTE 01 – DRENAGEM/LAGOA E VALETA DE PROTEÇÃO

1 – Execução de Lagoa de Detenção
2 – Execução de rede de diâmetro 1,2 m, profundidade média de 5,00 m, com reaterro compactado

LOTE 02 – PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM PLUVIAL

1 – Pavimentação:

1.1 – Execução de sub-base em cascalho laterítico + cimento 2%
1.2 – Execução de terraplenagem
1.3 – Execução de capa asfáltica com concreto betuminoso usinado a quente
1.4 – Execução de base em brite graduada simples
1.5 – Execução de passeios

2 – Drenagem:

2.1 – Execução de rede de diâmetro 0,6 m, profundidade média de 3,50 m, com reaterro compactado

21. Além disso, no caso específico da exigência no item 1.8 para o Lote 1, “*Execução de lagoa e/ou bacia de retenção de águas pluviais com volume de reservação igual ou maior que 16.301,52 (m³)*”, do quadro seguinte ao § 16, verificamos que o edital exige que o responsável técnico já tenha executado lagoa de volume idêntico ao da lagoa prevista na licitação. Ou seja, é exigida a comprovação de execução de quantitativo mínimo para o responsável técnico, prática também considerada inadequada à luz da Decisão Normativa nº 02/2003.



22. Portanto, entendemos que a NOVACAP deve adequar os critérios para comprovação de experiência técnico-profissional do responsável, estendendo a medida para todos os lotes previstos, utilizando apenas os itens de serviços considerados de maior relevância e valor significativo, segundo disposto no § 1º, inciso I², do art. 30, da Lei nº 8.666/93, evitando a adoção de especificações de serviços que torne restritiva a comprovação da experiência requerida.

23. Com relação à comprovação da capacidade técnico-operacional do licitante, a alínea “b.2” do item 6.1.4 do edital (fls. 12/15¹), o edital estabelece os itens em que deverão ser comprovados os quantitativos mínimos para cada um dos 8 (oito) lotes, conforme reproduzido a seguir:

“b.2 – da empresa:

Comprovação que a licitante tenha executado, a qualquer tempo, serviços de obras de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL em área urbana, compatíveis com o objeto desta licitação, através de certidões e/ou atestado(s), com indicação da ART's do(s) contrato(s) relativo a execução da(s) obra(s) atestada(s), em nome da própria licitante, fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado. É permitido à apresentação de diferentes atestados de capacidade técnica, para cada um dos diferentes serviços, sem, no entanto, admitir-se a soma de quantidades em diferentes atestados com vista à alcançar as respectivas quantidades mínimas exigidas.”

24. Em seguida, o referida regra apresenta a relação dos itens em que serão verificados seus quantitativos mínimos, separado para cada um dos 8 (oito) lotes, conforme exemplo a seguir reproduzido para os lotes 1 e 2:

LOTE 01 – DRENAGEM/LAGOA E VALETA DE PROTEÇÃO

SERVIÇOS	QUANT.
1.1 – Escavação mecânica de valas em material de 1ª. Categoria (m ³)	2.090
1.2 – Escoramento contínuo ou descontínuo de valas (m ²)	977

² “I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos”. (§ 1º, inciso I, do art. 30, da Lei nº 8.666/93)

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO

QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

1.3 – Fornecimento, dobração e colocação de aço CA-50 (kg)	3.693
1.4 – Fornecimento, lançamento manual a aplicação de concreto Fck 25 MPa (concreto usinado) (m ³)	40
1.5 – Execução de gabião tipo colchão Reno (m ²)	345
1.6 – Execução de gabião tipo caixa (m ³)	10
1.7 – Execução de rede de águas pluviais de D=400 a 1.200 mm (m)	107
1.8 – Execução de lagoa e/ou bacia de retenção de águas pluviais com volume de reservação igual ou maior que 16.301,52 (m ³)	1

LOTE 02 – PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM PLUVIAL**1 – Pavimentação:**

SERVIÇOS	QUANT.
1.1 – Escavação carga e transporte em caminhão de material de 1ª. categoria e solo de jazidas DMT até 5 km (m ³)	5.818
1.2 – Base de brita graduada (m ³)	2.133
1.3 – Base de solo de cimento 2% mistura em pista (m ³)	2.375
1.4 – Fabricação e aplicação de concreto betuminoso usinado a quente (t)	1.284
1.5 – Execução de passeios em concreto espessura de 5,00 m ²	3.857
1.6 – Fornecimento e assentamento de meios fios (m)	3.214

2 – Drenagem:

SERVIÇOS	QUANT.
2.1 – Escavação mecânica de valas em material de 1ª. Categoria (m ³)	1.448
2.2 – Escavação mecânica de valas em material de 2ª. Categoria (m ³)	122
2.3 – Escoramento de valas (m ²)	1.333
2.4 – Execução de rede de águas pluviais de D=400 a 600 (m)	208

25. Inicialmente, conforme já constatamos nos §§ 17 a 19, a NOVACAP incluiu itens de serviços que não correspondem aos de maior relevância e valor significativo.

26. Além disso, dentre os itens do Lote 1, que constatamos serem os de maior relevância e valor significativo, “Execução de lagoa de retenção de volume igual ou superior a 16.301,52 m³” e “Execução de rede de águas pluviais de D=400 a 1.200 mm (m)”, identificamos exigência de quantitativos mínimos acima de 50% do previsto no edital, contrariando o disposto na Decisão Normativa nº 02/2003 e entendimento já emanado pelo Tribunal mediante a Decisão nº 6.610/2010.



27. Para o item relativo à execução de lagoa de detenção, verificamos que, conforme já comentado no § 21 relativo à comprovação da capacidade técnico-profissional, apesar de se exigir comprovação de execução de apenas 01 (uma) lagoa, a dimensão da lagoa estabelecida para aferição da capacidade é idêntica à prevista no projeto que será executado. Diante disso, o licitante deverá demonstrar já ter executado 100% desse item de serviço.

28. No caso do segundo quesito, *“Execução de rede de águas de D=400 e 1.200 mm”*, primeiramente, já constatamos que apenas o serviço “execução de rede de água de diâmetro de 1.200 mm” enquadra-se nos itens de maior relevância e valor significativo, perfazendo um quantitativo total de 161,83 metros de rede, conforme disposto na planilha de custo (Anexo II). Nesse caso, o edital está exigindo que seja demonstrado já ter executado um quantitativo mínimo de 66,11% (107 metros) do total previsto.

29. Portanto, a indevida exigência de quantitativos mínimo refere-se somente para os itens do Lote 1. No caso do Lote 2, verificamos que os quantitativos mínimos estão dentro do limite de 50% admissíveis.

30. Diante disso, iremos determinar que seja promovida a adequação da regra para comprovação da capacidade técnico-operacional prevista para todos os oito lotes, devendo ser utilizados, para fim de verificação, apenas os itens de serviços de maior relevância e valor significativo, segundo disposto no § 1º, inciso I², do art. 30, da Lei nº 8.666/93. No caso específico do Lote 1, proporemos, também, que sejam corrigidos os quantitativos mínimos exigidos, conforme entendimentos já emanados pelo Tribunal mediante as Decisões nºs 6.610/2010 e 4.211/2013.

31. Ainda com relação à demonstração da capacidade técnico-operacional, verificamos, na regra disposta na alínea b.2, do item 6.1.4 do edital, a indevida vedação à possibilidade de soma de atestados para comprovação dos quantitativos mínimos. Com relação à referida vedação, o Tribunal já se manifestou, na Decisão 4.281/2013, que:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

e-DOC A65760CF
Proc 16840/2014

Fls.: 36

Proc.: 16840/14

Rubrica

“b) somente restrinja a possibilidade de somatório de atestados para a comprovação de capacidade técnico-operacional nos casos em que o aumento de quantitativos do serviço acarretarem, incontestavelmente, o aumento da complexidade técnica do objeto ou uma desproporção entre as quantidades e prazos para a sua execução, capazes de ensejar maior capacidade operativa e gerencial da licitante e de potencial comprometimento da qualidade ou da finalidade da contratação da obra ou serviços.”

32. Nesse sentido, como não foi demonstrada a complexidade técnica dos serviços objeto de avaliação da qualificação técnica da empresa, iremos sugerir que se adeque o regramento disposto no edital, passando a admitir o somatório de atestados para comprovação dos quantitativos mínimos exigidos.

Do Orçamento Estimativo

33. Para a verificação do orçamento estimativo, elaboramos a curva ABC para planilhas orçamentárias dos lotes 1 e 2 como referência para certificar, de forma amostral, se os custos unitários previstos estão adequados, comparando-os com os preços referenciais do SINAPI e SICRO de jan/2014. Na análise, consideramos os itens de serviços da planilha que representam até 80% do custo previsto.

34. O quadro juntado às fls. 14/15, e reproduzido a seguir, apresentam os valores disponibilizados no edital, relativo ao Lote 1 (Drenagem – Valetas de Proteção e Lançamento/Lagoa), e os pesquisados nas tabelas referenciais.

DRENAGEM (Valetas de Proteção e Lançamento/Lagoa) - LOTE 1

Fonte	Código	Descrição		Custo Unit	Preço pesquisado	Tabelas de Jan/2014
SICRO	2 S 01 100 20	ESCAVACAO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL 1A CATEGORIA, COM DMT 3000 a 5000m COM CARREGAMENTO	m3	R\$ 11,21	R\$ 11,35	SICRO: 2 S 01 100 20
SICRO	3 S 09 002 06	TRANSPORTE LOCAL COM BASCULANTE 10m3 EM RODOVIA PAVIMENTADA	t.km	R\$ 0,54	R\$ 0,55	SICRO: 3 S 09 002 06
SINAPI	74236/001	PLANTIO DE GRAMA BATATAIS EM PLAQUETAS	m ²	R\$ 8,52	R\$ 8,94	SINAPI: 74236/001
SINAPI	41722	COMPACTACAO MECANICA A 100% DO PROCTOR NORMAL - PAVIMENTACAO URBANA	m3	R\$ 4,12	R\$ 4,22	SINAPI: 41722
SINAPI	73842/002	GABIAO TIPO COLCHAO RENO/MANTA H = 0,23M - MALHA HEXAG 6X8 REVESTIMENTO ZVAL C/ PVC FIO 2,0MM C/ DIAFRAGMA A CADA METRO E GEOTEXTIL	m2	R\$ 113,14	R\$ 115,49	SINAPI: 73842/002
SINAPI	7757	TUBO CONCRETO ARMADO CLASSE PA-1 PB NBR-8890/2007 DN 1200MM PARA ÁGUAS PLUVIAIS	m	R\$ 354,40	R\$ 354,55	SINAPI: 7757
SINAPI	74015/001	REATERRO E COMPACTACAO MECANICO DE VALA COM COMPACTADOR MANUAL TIPO SOQUETE VIBRATORIO	m3	R\$ 14,61	R\$ 16,29	SINAPI: 74015/001
SINAPI	74138/002	CONCRETO USINADO BOMBEADO FCK=20MPA, INCLUSIVE LANÇAMENTO E ADENSAMENTO	m ³	R\$ 312,32	R\$ 306,21	SINAPI: 74138/002
SINAPI	00002707	ENGENHEIRO DE OBRA PLENO	h	R\$ 98,98	R\$ 112,47	SINAPI: 2706
NOVACAP	4528	PREPARO E APLICAÇÃO DE REVESTIMENTO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NO TRAÇO 1:3 COM ESPESSURA DE 2,00 cm	m ²	R\$ 36,21	R\$ 30,14	SINAPI: 84048



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

e-DOC A65760CF

Proc 16840/2014

Fls.: 37

Proc.: 16840/14

Rubrica

35. Conforme disposto no quadro acima, dos 10 (dez) itens de serviços analisados, 9 (nove) apresentaram custos unitários menores que os referenciais pesquisados. No caso do item de código 4528, verificamos que o valor atribuído no edital está 20% acima do item referencial do SINAPI. Contudo, tal item de custo representa apenas 1,1% do custo total previsto para o lote. Nesse sentido, diante de sua baixa materialidade, não iremos sugerir medidas, haja vista tratar-se de orçamento estimativo, podendo o preço vencedor alcançar o valor referencial do SINAPI.

36. Adotamos o mesmo procedimento para a análise do Lote 2, conforme quadro a seguir (fls. 16/23), com os comparativos dos preços. Na análise do Lote 2, cujo resultado estenderemos aos lotes 3 a 8, separamos os itens de serviços relativos à drenagem e pavimentação.

Drenagem - LOTE 2

Fonte	Código	Descrição	Unid.	Custo Unit.	Preço pesquisado	Tabelas de Jan/2014
NOVACAP	7762	TUBO CONCRETO ARMADO CLASSE PA-2 PB NBR-8890/2007 DN 600 MM PARA ÁGUAS PLUVIAIS	m	R\$ 136,31	R\$ 136,37	SINAPI: 7762
SINAPI	74015/001	REATERRO E COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE VALA COM COMPACTADOR MANUAL TIPO SOQUETE VIBRATÓRIO	m3	R\$ 14,61	R\$ 16,29	SINAPI: 74015/001
NOVACAP	4340	ESCORAMENTO DESCONTÍNUO, COM ESPAÇAMENTO DE 2,00 m ENTRE OS PRANCHÕES, INCLUSIVE RETIRADA DO MATERIAL, CONSIDERANDO-SE 5 UTILIZAÇÕES, PARA VALAS DE ATÉ 4,00 m DE PROFUNDIDADE, PARA BUEIROS TUBULARES ATÉ 0,60 m DE DIÂMETRO	m2	R\$ 8,31	R\$ 27,02	SINAPI: 83867
SINAPI	74124/002	POCO VISITA AG PLUV:CONC ARM 1,10X1,10X1,40M COLETOR D=60CM, PAREDE E=15CM BASE CONC FCK=10MPA REVEST C/ARG CIM/AREIA 1:4 DEGRAUS FF INCL FORN TODOS MATERIAIS	un	R\$ 1.666,72	R\$ 1.713,91	SINAPI: 74124/002
NOVACAP	4456	EXECUÇÃO DE BOCA DE LOBO SIMPLES COM MEIO-FIO VAZADO	un	R\$ 373,11	R\$ 488,88	SINAPI: 83659
NOVACAP	7781	FORNECIMENTO DE TUBO DE CONCRETO PB D=0,40 m TIPO C-1	m	R\$ 34,65	R\$ 34,65	SINAPI: 7781
SINAPI	72876	TRANSPORTE LOCAL COM CAMINHÃO BASCULANTE 6 m³, RODOVIA PAVIMENTADA, DMT ATE 200 M	t.km	R\$ 2,05	R\$ 2,00	SINAPI: 72876
SINAPI	73722	ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO DIÂMETRO = 600MM, SIMPLES OU ARMADO, JUNTA EM ARGAMASSA 1:3 CIMENTO:AREIA	m	R\$ 24,15	R\$ 26,42	SINAPI: 73722
SINAPI	73568	ESCAV.MEC (ESCAV HIDR)VALA ESCOR PROF=1,5 A 3M MAT 1A CAT EXCL ESGOTAMENTO E ESCORAMENTO	m³	R\$ 4,78	R\$ 4,92	SINAPI: 73568

Vias coletoras e locais - LOTE 2

Fonte	Código	Descrição	Unid.	Custo Unitário	Preço pesquisado	Tabelas de Jan/2014
SICRO2	3 S 09 002 06	TRANSPORTE LOCAL COM BASCULANTE 10m3 EM RODOVIA PAVIMENTADA	t.km	R\$ 0,54	R\$ 0,55	SICRO: 3 S 09 002 06
SICRO2	2 S 02 230 50	BASE DE BRITA GRADUADA BC	m3	R\$ 108,57	R\$ 108,88	SICRO: 2 S 02 230 50
COMPOSIÇÃO	72965-M	FABRICAÇÃO E APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE(CBUQ)	t	R\$ 96,68		
COMPOSIÇÃO	72962-M	CIMENTO ASFALTO DE PETRÓLEO (CAP 50/70), PARA PAVIMENTAÇÃO	t	R\$ 1.368,39		
NOVACAP	5380	EXECUÇÃO DE PASSEIOS EM CONCRETO DE 5,0 cm DE ESPESSURA INCLUSIVE ACERTO DO TERRENO, COMPACTAÇÃO ATÉ 30,00 cm E FORMAS, CONCRETO USINADO FCK18 Mpa, ÁREA ACIMA DE 1.000 M2, EXCLUINDO MOVIMENTO DE TERRA, CASCALHO, ENTULHO (CONCRETO USINADO)	m2	R\$ 27,42	R\$ 38,40	SINAPI: 85181
SICRO2	2 S 01 100 20	ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE EM CAMINHÃO DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA E SOLOS DE JAZIDA, COM DISTÂNCIA ATÉ 5,0 km	m3	R\$ 11,21	R\$ 11,35	SICRO: 2 S 01 100 20
SINAPI	74223/001	MEIO-FIO (GUIA) DE CONCRETO PRE-MOLDADO, DIMENSÕES 12X15X30X100CM (FAC E SUPERIOR X FACE INFERIOR X ALTURA X COMPRIMENTO), REJUNTADO C/ARGAMASSA 1:4 CIMENTO:AREIA, INCLUINDO ESCAVAÇÃO E REATERRO.	m	R\$ 25,65	R\$ 26,96	SINAPI: 74223/001



37. Pelos quadros acima, os custos unitários utilizados na planilha orçamentária encontram-se compatíveis com os valores referenciais do SINAPI e SICRO. Nos serviços de códigos 72965-M e 72962-M, do quadro “Vias coletoras e locais – Lote 2”, os valores unitários foram estabelecidos por meio de composições de custos elaborado pela NOVACAP, os quais se basearam tanto nos custos unitários, quando os coeficientes dos itens de serviço do SINAPI (fls. 20/23).

38. Diante disso, tomando por base as planilhas de custos para os lotes 1 e 2, entendemos que o valor estimativo dos lotes se encontram compatíveis com os preços referenciais do SINAPI e SICRO.

39. No que se refere ao item III da Decisão nº 1.830/2010 acima citada, o Tribunal determinou que a NOVACAP e a Secretaria de Obras que: a) comprovasse a real existência de material de 3ª. Categoria, por meio de laudos de sondagens como condição de pagamento dos serviços referente a este tipo de material; b) revisasse a distância média de transporte (DMT) estabelecida entre a obra e a NOVACAP de 43 km, considerando que o NFO, por meio da Nota Técnica nº 05/2010 – NFO, constatou que a distância seria de 29,3 km; e c) a NOVACAP informasse a metodologia padrão para a aferição das distâncias de transporte durante a execução da obra, para efeito do pagamento dos momentos extraordinários de transporte.

40. Verificamos que dentre as determinações acima, consta nos autos os laudos de sondagens (Anexo II), em que é possível identificar a existência de solos de 3ª. categoria em profundidades que variam de 2 a 5 metros de profundidade. Com relação à DMT, observamos que as planilhas orçamentárias (Anexo II) apresentam DMT da obra até a NOVACAP de 30,5 km.

41. Contudo, relativo à metodologia para aferição das distâncias de transporte, não consta nos autos as informações requeridas. Nesse sentido, no sentido de dar cumprimento ao item III.c da Decisão nº 1.830/2010, iremos determinar que a NOVACAP apresente tais informações.



Do Licenciamento Ambiental

42. Consta nos autos (fls. 01/03 verso¹) a Licença Prévia nº 003/2013, expedida pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal (IBRAM), com as condicionantes para o projeto da obra em questão.

Do Fornecimento de Cascalho Laterítico

43. Verificamos que consta nas planilhas orçamentárias, relativo ao custo das obras de pavimentação, a previsão de “fornecimento de cascalho laterítico”, item de custo de código 4208 (Anexo II).

44. Tal componente de custo também foi objeto de questionamento no item II.d, da Decisão nº 1.830/2010, que se baseado na análise efetuada pelo NFO (Nota Técnica nº 05/2010), em que questionou a pertinência do item de custo, pelo fato de ter sido apontado que a NOVACAP, naquela época, possuía jazida do referido material de sua propriedade.

45. Como não consta nos autos em epígrafe as devidas explicações determinada na citada decisão, iremos, determinar que a NOVACAP apresente esclarecimento acerca da adoção de tal item de custo.

Da Subcontratação

46. O item 12.1.1 do edital (fl. 18¹) informa que para fins de eventual subcontratação fica estipulado o limite de até 30% (trinta por cento) do valor atribuído ao contrato.

47. Contudo, segundo disposto no item II.h da Decisão nº 1.830/2010, verificamos que persiste a ausência da delimitação dos serviços que efetivamente poderão ser subcontratados, de forma que atenda o que dispõe o art. 72 da Lei nº 8.666/93, bem como a inexistência de cláusula no sentido de que não será admitida subcontratação daqueles serviços para os quais foram exigidos atestados na fase de qualificação técnica, conforme entendimento também já manifestado pelo Tribunal nas Decisões nºs 2.659/2006 e 5.650/2007.



Da Dotação Orçamentária

48. A Secretaria de Obras, por meio do documento juntado aos autos às fls. 03¹, haver disponibilidade orçamentária no exercício de 2014 para a execução do objeto em epígrafe, no valor de R\$ 8.411.376,65 (oito milhões, quatrocentos e onze mil, trezentos e setenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), créditos consignados no Plano de Trabalho: 15.451.6208.3023.0009 (PEDF) – PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC – PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS – DISTRITO FEDERAL.

49. Para os recursos remanescentes, informou que há previsão do Programa Temático: 6208 – Desenvolvidos Urbanos, Ação: 3023 – Programa de Aceleração do Crescimento, no Plano Plurianual do Distrito Federal, para o quadriênio 2012-2015, Lei nº 4.742/2011.

CONCLUSÃO

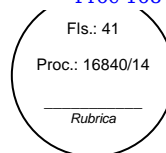
50. Da análise do procedimento licitatório, observamos impropriedades que podem comprometer a competitividade do certame, especialmente nos requisitos de qualificação técnica dos licitantes.

51. Com relação aos custos estimativos, verificamos que se encontram compatíveis com os preços referenciais do SICRO e SINAPI.

52. No que se refere às impropriedades apontadas na Decisão nº 1.830/2010, constatamos que, pela documentação apresentada para o concorrência em epígrafe, somente as determinações dispostas nos itens II.a, II.c, II.e, II.i, III.a e III.b encontram-se saneadas.

53. As impropriedades identificadas na referida decisão referem-se às exigências de comprovação de qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, ausência de limites para subcontratação, ausência de informação sobre o custo para fornecimento solo laterítico e sobre a metodologia para aferição das distâncias de transporte e inexistência de licença de instalação.

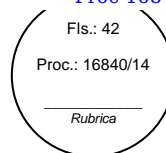
54. Como as impropriedades exigem ajustes que afetam a elaboração



das propostas pelos licitantes, iremos sugerir, com fulcro no art. 113, § 2º da Lei nº 8.666/93, c/c o art. 198 do RITCDF, a suspensão do certame para o saneamento das impropriedades observadas nesta instrução.

Diante do exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:

- I – tome conhecimento do edital de Concorrência nº 12/2014 – ASCAL/PRES (fls. 06/33 – Anexo I), do Ofício nº 996/2014 – GAB/PRES (fl. 05), do Ofício nº 1.046/2014 – GAB/PRES (fl. 06), e Anexos I e II;
- II - determine à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP que, com fulcro no art. 198 do Regimento Interno do TCDF c/c o art. 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, suspenda a Concorrência nº 12/2014 – ASCAL, adotando as medidas corretivas a seguir, em razão das impropriedades identificadas, ou apresente as justificativas pertinentes, encaminhando cópia da documentação comprobatória a esta Corte:
 - a) limite os critérios para comprovação da qualificação técnico-profissional, disposto no item 6.1.4 do edital, alínea b.1, somente aos itens serviços considerados de maior relevância e valor significativo, segundo disposto no § 1º, inciso I, do art. 30, da Lei nº 8.666/93, evitando adotar especificações de serviços que torne restritiva a comprovação da experiência requerida;
 - b) relativo à qualificação técnico-operacional, disposto no item 6.1.4, alínea b.2:
 - 1) limite os critérios para comprovação aos itens de serviços considerados de maior relevância e valor significativo, segundo disposto no § 1º, inciso I, do art. 30, da Lei nº 8.666/93,
 - 2) corrija os quantitativos mínimos exigidos para os itens de



serviços previstos para Lote 1, conforme entendimentos já emanados pelo Tribunal mediante as Decisões nºs 6.610/2010 e 4.211/2013;

- 3) exclua a vedação ao somatório de atestados, pelo fato de o aumento de quantitativos do serviço não acarretarem o aumento da complexidade técnica do objeto ou uma desproporção entre as quantidades e prazos para a sua execução, conforme já manifestado por esta Corte na Decisão nº 4.281/2013;
- c) relativo à possibilidade de subcontratação, previsto no item 12.1.1 do edital, conforme entendimento já manifestado pelo Tribunal nas Decisões nºs 2.659/2006, 5.650/2007 e 1.830/2010:
 - 1) delimite os serviços que efetivamente poderão ser subcontratados, de forma que atenda o que dispõe o art. 72 da Lei nº 8.666/93;
 - 2) inclua cláusula no edital informando que não será admitida subcontratação daqueles serviços para os quais foram exigidos atestados na fase de qualificação técnica;
- d) faça constar do edital a metodologia que será utilizada pela NOVACAP para aferir as distâncias de transporte, conforme já determinado por este Tribunal no item III.c da Decisão nº 1.830/2010;
- e) esclareça a inclusão de item de custo relativo a "fornecimento de cascalho laterítico", considerando que, no âmbito do Processo nº 10.259/2010, consta a informação de que a NOVACAP extrai cascalho de jazida de sua propriedade;

III – autorize:

- a) o envio de cópia do Relatório/Voto condutor da decisão que vier



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO
QUARTA DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO

e-DOC A65760CF
Proc 16840/2014



- a ser proferida e da presente instrução ao jurisdicionado;
- b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para os devidos fins.

Brasília (DF), 18 de julho de 2014.

À consideração superior.

Hugo Tomaz Neto Moraes

Auditor de Controle Externo

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário.

Em, de de 2014.

José Vitor Akegawa Pierre

Diretor